

A Autoridade da Lei de Deus no Mundo de Hoje

Greg L. Bahnsen

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

1. Desde a Queda, tem sido sempre ilegítimo usar a lei de Deus na esperança de estabelecer o mérito e a justificação pessoal de alguém, em contraste ou complemento à salvação por meio da promessa e fé; comprometimento à obediência é apenas o estilo de vida da fé, um sinal de gratidão pela graça redentora de Deus.
2. A palavra do Senhor é o padrão único, supremo e imutável para todas as ações e atitudes de todos os homens em todas as áreas da vida; essa palavra naturalmente inclui as diretrizes (leis) morais de Deus.
3. Nossa obrigação de guardar a lei de Deus não pode ser julgada por um padrão extra-bíblico, tais como se seus requerimentos específicos (quando propriamente interpretados) são compatíveis apenas com as tradições passadas ou com os sentimentos e práticas modernos também.
4. Deveríamos presumir que as leis permanentes² do Antigo Testamento continuam a ser moralmente obrigatórias no Novo Testamento, a menos que sejam anuladas ou modificadas por revelação adicional.
5. Com respeito à lei do Antigo Testamento, a Nova Aliança supera a Antiga em glória, poder e finalidade (reforçando assim os deveres anteriores). A Nova Aliança também supera as sombras da Antiga Aliança, mudando através disso a aplicação dos princípios sacrificais, de pureza e de “separação”, redefinindo o povo de Deus, e alterando o significado da terra prometida.
6. As leis permanentes reveladas de Deus são um reflexo de seu caráter moral imutável e, como tal, são absolutas no sentido de serem não-arbitrárias, objetivas, universais e estabelecidas diante de circunstâncias particulares (sendo aplicáveis assim a situações morais em geral).

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em Novembro de 2006.

² “Lei permanente” é usada aqui para diretrizes *políticas* sempre aplicáveis a indivíduos (e.g., não matarás; filhos, obedeci a vossos pais; comerciantes, usem medidas iguais; magistrados, executem os estupradores), em contraste com direções particulares para um indivíduo (e.g., mandar Samuel ungir a Davi num tempo e lugar particular) ou mandamentos positivos para incidentes distintos (e.g. a ordem de Deus para Israel exterminar certas tribos de cananeus num certo ponto da história).

7. O envolvimento cristão na política exige o reconhecimento da lei transcendente, absoluta e revelada de Deus como um padrão pelo qual julgar todos os códigos sociais.

8. Os magistrados civis em todas as eras e lugares são obrigados a conduzir seus ofícios como ministros de Deus, dispensando a ira divina contra criminosos e prestando contas no Último Dia do seu serviço diante do Rei dos reis, seu Criador e Juiz.

9. A continuidade geral que presumimos com respeito aos padrões morais do Antigo Testamento aplica-se tão legitimamente às questões de ética político-social como à ética pessoal, familiar ou eclesiástica.

10. Os preceitos do Antigo Testamento (leis “judiciais” permanentes) são um modelo de justiça social perfeita para todas as culturas, mesmo na punição de criminosos. Fora daquelas áreas onde a lei de Deus prescreve sua intervenção e aplicação de correção penal, as autoridades civis não estão autorizadas a legislar ou usar coerção (e.g., o mercado econômico).

**Fonte: *By This Standard*,
de Greg L. Bahnsen, pg. 345-347.**